

Da oralidade à escrita acadêmica: caracterizando os diários de aula como instrumento de pesquisa em educação

Raimunda Cunha Ribeiro¹

RESUMO - Como uma das modalidades de uso da língua, a escrita existe para cumprir diferentes funções comunicativas, de maior ou menor relevância para a vida social. No campo científico, a escrita é um dos principais processos de coleta de dados, como é o caso dos diários de aula, denominados como instrumentos de pesquisa, específicos para a coleta dos dados empíricos de uma determinada investigação; seu idealizador e defensor de sua relevância no campo científico é o professor/pesquisador espanhol Miguel Zabalza. Este artigo tem como norte a seguinte questão de pesquisa: O que são os diários de aula no campo da pesquisa científica em educação? Os objetivos, então, basearam-se no seguinte: situar a oralidade, a leitura e a escrita na cultura letrada; caracterizar os diários de aula como instrumentos de pesquisa em educação. A metodologia utilizada foi do tipo qualitativa, de caráter bibliográfico, tendo como principal aporte teórico, “os diários de aula”, na perspectiva de Zabalza. Do ponto de vista metodológico, os diários de aula são podem ser considerados ricos instrumentos, nos quais proporcionam elementos, próprios da ação pedagógica, que servem de análise de uma dada realidade educacional.

Palavras-chave: Oralidade. Escrita. Diários de Aula. Pesquisa. Educação.

Orality to academic writing: featuring the daily classroom as a tool for research in education

ABSTRACT - As one of the modes of language use, writing exists to fulfill different communicative functions, of greater or lesser relevance to social life. In the scientific field, writing is one of the main processes of data collection, such as the daily lesson, termed as research tools, specifically for the collection of empirical data of a particular investigation, its creator and defender of its relevance in the scientific field is the teacher/researcher Spaniard Miguel Zabalza. This article is north the following research question: What are the daily lesson in the field of scientific research in education? The objectives then were based on the following: place the oral, reading and writing in literacy; characterize the daily classroom as research tools in education. The methodology used was a qualitative, bibliographical, the main theoretical contribution, "the daily lesson" from the perspective of Zabalza. From the methodological point of view, are the daily classroom instruments can be considered rich in elements which provide, own pedagogical action, serving analysis of a given educational reality.

Keywords: Oral. Written. Daily Lesson. Research. Education.

¹ Pedagogia/UFPI; Mestre em Educação/UCB; Doutoranda do PPGedu/PUCRS; Professora da Universidade Estadual do Piauí, no campus de Corrente-PI.

Introdução

Cresce no Brasil o número de programas de Pós-Graduação no campo da Educação, e em decorrência cresce também o número de pesquisas nesta área. Pode-se dizer, que uma das principais funções dos programas de pós-graduação é preparar o estudante para a pesquisa, entendida assim, como um processo dotado de um certo rigor teórico e metodológico. De um modo geral, os estudos nesta área têm apresentado uma relativa tendência à pesquisa qualitativa, por considerar sua especificidade na compreensão dos fenômenos que abarcam as relações sociais e sua respectiva pluralização.

Dentre as técnicas de coleta de dados mais utilizadas em pesquisa qualitativa, encontra-se: a entrevista, a observação, a análise documental, a história de vida, os diários de aula e tantas outras, todas com suas especificidades, vantagens e pontos passíveis de crítica.

Os diários de aula são, portanto, instrumentos de pesquisa, específicos para a coleta dos dados empíricos de uma determinada investigação, especificamente de ordem qualitativa; seu idealizador e defensor de sua relevância no campo científico é o professor/pesquisador espanhol Miguel Zabalza.

O próprio Zabalza (2004) advoga a ideia de que os diários de aula são instrumentos de pesquisa no campo da educação, porque são reveladores da prática pedagógica do professor, do processo de ensino e de aprendizagem, a relação professor e aluno e demais profissionais da instituição, tendência filosófica assumida pelo professor em sala de aula, o conceito de educação, de homem e de sociedade e suas

respectivas significações na perspectiva do professor. Ao contrário do que se pensa, o diário de aula, não é um instrumento com fins terapêuticos, mas um mecanismo de pesquisa científica; também não tem o propósito de resolver os problemas da educação; mas, sobretudo, serve para suscitar a reflexão sobre a realidade educacional e social na qual a escola, o professor e o aluno se constituem.

Dentro destas considerações, este artigo tem como norte a seguinte questão de pesquisa: O que são os diários de aula no campo da pesquisa científica em educação? Os objetivos, então, basearam-se no seguinte: situar a oralidade, a leitura e a escrita na cultura letrada; caracterizar os diários de aula como instrumentos de pesquisa em educação. A metodologia utilizada foi do tipo qualitativa, de caráter bibliográfico, tendo como principal aporte teórico, “os diários de aula”, na perspectiva de Zabalza.

2. Oralidade, leitura e escrita na cultura letrada

A oralidade é um fenômeno que está diretamente relacionado à cultura de um povo. Pode-se dizer que o Brasil é um país que prioriza a oralidade. Mas, é só o Brasil? É este um fenômeno do mundo atual? O que se pode dizer é que a sociedade atual, planetária e globalizada pelos meios de comunicação, cada vez mais rápidos e eficazes, é uma sociedade de cultura oral.

Embora, muito se escreve, dadas as facilidades da Internet e das redes sociais, faz-se muito mal, mesmo que a comunicação seja estabelecida, isto é, a mensagem seja

compreendida e apreendida pelo receptor. O fato é que as pessoas, nas redes sociais da web e e-mails, escrevem por meio de “códigos”, nos quais as palavras viram símbolos, embora se fazem entendidas. Até a fala sai pela metade ou menos que a metade. As pessoas naturalmente vão diminuindo as pronúncias. Parecem que estão cada vez mais preguiçosas ou seria apenas um comodismo ou a “lei do menor esforço”, que se alastra e toma conta das gerações mais novas? São fenômenos da comunicação.

A oralidade é a primeira das formas de comunicação a que a pessoa está sujeita, revelando, de certa maneira sua identidade pessoal e cultural e, provavelmente a única que dificilmente será excluída da vida do sujeito.

Na escola, a questão da comunicação verbal, seja escrita ou falada, sempre foi o “Calcanhar de Aquiles” para professores, principalmente os de Língua Portuguesa. Os problemas com a escrita aparecem desde muito cedo na vida da criança e a acompanha por toda ou quase toda sua vida escolar. Até na universidade, as reclamações são muitas a este respeito, com problemas de toda ordem gramatical: ortografia, concordância, acentuação, pontuação e por aí vai.

Será este um problema de falta de leitura? Neste momento não se pode deixar de refletir sobre o seguinte: uma pessoa só poderá falar sobre um determinado assunto, se ela sabe escrever sobre este; e para falar sobre qualquer tema, é preciso ter uma leitura aprofundada sobre o mesmo. Uma leitura de mundo, da “palavramundo”, como defende Freire (1989), de forma que o conhecimento, seja pela

vivência/experiência ou pela leitura, é um processo indispensável neste caso.

A leitura e a escrita são o próprio processo de formação de uma cultura letrada. Ler e escrever são atividades exigidas na educação escolar, mas para os alunos, quase sempre ou em quase sua totalidade, é um fardo, um processo enfadonho, desvinculado com qualquer aproximação com o prazer. O que ele faz em relação a tais atividades está diretamente relacionado com obrigação e, em um mundo de alta tecnologia, comunicar pela oralidade está cada vez mais acessível, como por exemplo: o uso do telefone, do rádio, da televisão, da Internet e outros meios eletrônicos.

Antes se dependia do bilhete, da carta ou do telegrama para estabelecer relações sociais à distância, e hoje, a geração mais jovem nem sequer se interessa em saber o que estes instrumentos significaram no campo da comunicação.

A oralidade excessiva em detrimento da escrita, torna-se um problema para a escola e o que pior, a falta de motivação para escrever não é apenas do aluno, o professor também demonstra uma certa dificuldade de consolidar o hábito da leitura e da escrita. Não quer dizer que este não as exercite, mas, quase sempre o ato de ler e escrever fica restrito às obrigações da docência.

Cook-Gumperz e Gumperz (1981), quando tratam da relação entre oralidade e escrita, identificam três momentos da história humana.

O primeiro diz respeito à distância entre oralidade e escrita, já que um pequeno grupo de pessoas, nesta fase, tinha acesso à alfabetização. Este cenário caracteriza uma “ilha de letrados”,

que no Brasil perdurou por muitos séculos, sendo amenizado no século XX, não querendo dizer que o analfabetismo foi totalmente erradicado, mas que o acesso à educação escolar, sendo obrigação do Estado-nação, remete a uma situação menos excludente.

Em uma segunda fase, a escrita passou a ser vista, predominantemente, como um registro da oralidade. Nesse momento, as narrativas orais passaram a ser divulgadas maciçamente pela escrita. Um exemplo típico do Brasil é a literatura de cordel, uma forma de escrita, fundamentalmente da cultura nordestina, uma expressão da vida no sertão, escrita em versos, com a função de entreter o público de massa.

O terceiro momento, segundo os autores, houve o afastamento entre oralidade e escrita, na medida em que a escrita assumiu um aspecto que a tornou burocratizada. A nova configuração, trazida pelo desenvolvimento tecnológico e pelas regulamentações governamentais, tende a exigir novas formas de comunicação, fundamentalmente dependentes da palavra escrita.

No mundo letrado, da escola e da academia, a escrita é predominantemente relevante nos rituais de passagem: vestibular, concurso, seleção. Pode-se dizer que é a sociedade do letramento quem dita as regras, quem toma as decisões e quem dirige seus pares. É pelo letramento que se estabelece a cultura dominante e os padrões de vida de uma sociedade. Entende-se por letramento, “o resultado da ação de ensinar e aprender as práticas sociais da leitura e da escrita” (SOARES, 2002, p. 38).

Cabe, então, à escola replanejar suas ações pedagógicas, levando em consideração que os alunos vivem em uma sociedade planetária, movida pelas altas tecnologias; que são pessoas constituintes da sociedade da informação, das relações virtuais e do fácil acesso às fontes da ciência e da cultura. Portanto, a escola precisa pensar em uma educação multifacetada, para grupos pluralistas, pessoas diversas e culturas diferentes, a qual deve consubstanciar o processo de ensino e aprendizagem, na aquisição e aprimoramento da leitura e da escrita, como formas de exercício de cidadania, democracia e participação social.

A educação tem ganhado grande centralidade nas sociedades do tempo presente, isto devido ao acesso à escolarização, a expansão da cultura de massas e o desenvolvimento dos sistemas educacionais. Diante de tudo isto, vê-se um forte quadro de fracasso escolar, principalmente em países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil e os vizinhos latinos.

Quando se encara os resultados das avaliações institucionais e dos sistemas de educação, dar-se conta que muito ainda precisa ser feito. Um dos maiores problemas apresentados pelos alunos advém da insuficiência de leitura e precariedade na escrita, resultando assim, uma distância entre a oralidade cotidiana e a língua acurada.

O que é o ato de ler? Qual a importância do ato de ler? Estes questionamentos, tanto por parte da escola, como por parte dos alunos, tornam-se a razão de ser da cultura escolar. Freire (1989) elenca uma quantidade de caminhos que levam a várias reflexões acerca do processo de leitura e sua importância no mundo letrado, onde

as pessoas são vistas pelo nível de conhecimento, muito mais pelo que concentram em patrimônio financeiro, respectivamente, capital cultural e capital econômico.

Em suas reflexões Freire chama a atenção para relevâncias pontuais referentes ao ato de ler, tais como: a leitura como ato político; como fonte de conhecimento; como consciência de cidadania; como coerência entre teoria e prática; como reflexão. Para tanto, é impossível conceber a educação como um processo neutro, pelo contrário, esta é sempre um ato intencional, multirreferencial e transdisciplinar, que tem como função primeira atender às demandas sociais a que está a servir, ou seja, ao projeto de homem e de sociedade que estabelece em seus princípios filosóficos.

A escola é muito criticada quando assume uma postura pedagógica de focar nos conteúdos curriculares, de ser conteudista, deixando a um segundo plano a formação do aluno, enquanto sujeito e ser humano em todos os seus aspectos, relegando, desta forma sua condição de cidadão, agente de transformação social. A leitura é, pois, um veículo, com alta capacidade de equilibrar estas duas funções: a busca do conhecimento e a formação da consciência de cidadania. É pela leitura, da palavra e do mundo, que o sujeito se constrói mais humano, com maior capacidade de participação social e consciência da significativa responsabilidade de transformar seu contexto social.

A função da escola está longe de ser a depositária dos conteúdos pelo professor que sabe, para o aluno, o depósito que não sabe. A função social da escola é tornar-se acessível ao todos os que dela precisam, ter preocupação e

responsabilidade com os que nela buscam o conhecimento, como se busca água pra beber. Além da universalização do ensino, a escola precisa está preparada para lidar com as adversidades e a cultura da diferença, propondo estratégias de ensino e metodologias capazes de proporcionar um ensino prazeroso e, conseqüentemente resultados mais satisfatórios. Ensinar a ler, não é mera decodificação de símbolos e sinais gráficos; este processo depende da contextualização do que se está ensinando. Do contrário, o ensino fica vago, distante e excludente. Talvez por isso, há uma enorme parcela da sociedade com um perfil marginalizado pela cultura letrada, os chamados analfabetos funcionais – sabem ler e escrever de forma muito rudimentar, porém são incapazes de conceituar e reconceituar aquilo que estão lendo e escrevendo.

A leitura é uma forma de lazer e prazer, de aquisição de conhecimentos e de enriquecimento cultural, de ampliação das condições de convívio social e de interação, afirma Soares (2000). Ainda: a leitura é o movimento crítico da constituição do texto, pois é o momento privilegiado do processo da interação verbal: aquele em que os interlocutores, ao se identificarem como interlocutores, desencadeiam o processo de significação (ORLANDI, 1999). Quanto a isso, não resta dúvida. Mas o que a escola pode fazer para a leitura se tornar um processo mais prazeroso para o aluno? E o que a escola tem feito para chegar a esse objetivo? Por que a escola tem se posicionado num lugar tão distante do contexto do aluno? O que falta para a escola e para o aluno se interagirem no processo

de ensino e aprendizagem da leitura e elevarem o nível cultural de ambos?

São muitos questionamentos para poucas respostas. O fato é que o alarmante fracasso escolar continua no cenário das escolas brasileiras. Assim sendo, parece que falta o reconhecimento de que é pela boa leitura que o aluno poderá dar conta das demais disciplinas e corrigir substancialmente sua posição de “lanterna”, aqui usando uma metáfora do futebol brasileiro.

Soares (2000) reforça a importância da leitura, como uma forma de socialização tanto do saber quanto do sujeito social, afirmando que esta não é um ato solitário; é, antes, interação verbal entre indivíduos, estes socialmente determinados, como é o caso do leitor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros; e o autor, seu universo, seu lugar na estrutura social, suas relações com o mundo e com os outros.

Parece que o que está acontecendo é uma falta de reconhecimento, por parte da escola, dos alunos e da família, que a leitura é a base de toda a aprendizagem escolar, do processo de construção do conhecimento e as relações com o mundo. Assim, a produção de leitura consiste no processo de interpretação, desenvolvido por um sujeito-leitor que, defrontando-se com um texto, analisa, questiona com o objetivo de processar seu significado projetando sobre ele sua visão de mundo para estabelecer uma interação crítica com o texto (INDURSKY, ZINN, 1985).

A leitura é, pois, um processo que exige a habilidade e a capacidade cognitiva do próprio leitor, o que significa, que o nível de leitura é construído a partir de um ponto e nunca está

pronto, porque quanto mais se lê, mais se aprende a ler. Da mesma forma acontece com a escrita, ou seja, quanto mais se escreve mais se aprende a escrever.

O que é mais prazeroso ler ou escrever? Esta é uma pergunta que admite várias respostas. Para alguns é melhor ler, mais cômodo e mais fácil, porque o texto já está pronto. Neste caso, o leitor está num processo de conhecer por meio da leitura, mas não há uma construção própria, ou seja, o que ele tem que fazer é ler, interpretar e refletir sobre o que já fora produzido por outra pessoa, neste caso, o texto. Escrever pode ser mais trabalhoso, mais difícil e mais demorado. Quantas vezes uma pessoa passa horas e horas tentando escrever um texto e, sequer consegue produzir um parágrafo? As ideias parecem fugir da cabeça e tudo o que consegue, em sua própria avaliação, são bobagens e que os outros jamais aprovarão o pouco que conseguiu produzir. Se por um lado, escrever exige mais, muito mais do sujeito; por outro lado, tudo o que se consegue escrever é o resultado de uma produção própria e não de outro. Enquanto ler é o processo, escrever é o produto. Eis aqui, o prazer em escrever um texto.

Quem disse que escrever é fácil? Pode dar prazer, é certo. Para muitas pessoas, é uma forma de estabelecer um contato consigo mesmas. A escrita é um estilo peculiar a cada um e não há uma receita linear de como se desenvolver a arte de escrever. Sim, porque escrever é, ao mesmo tempo, um ofício e uma arte. Talvez se as pessoas tivessem o hábito de escrever, com a mesma intensidade da leitura e da oralidade, esta arte estaria muito mais presente na comunicação entre os pares.

Como uma das modalidades de uso da língua, a escrita existe para cumprir diferentes funções comunicativas, de maior ou menor relevância para a vida social. Dessa forma, toda escrita responde a um propósito funcional qualquer, isto é, possibilita a realização de alguma atividade sociocomunicativa entre as pessoas e está inevitavelmente em relação com os diversos contextos sociais em que essas pessoas atuam. Pela escrita, alguém informa, avisa, adverte, anuncia, descreve, explica, comenta, opina, argumenta, instrui, resume, documenta, faz literatura, organiza, registra e divulga o conhecimento produzido pelo grupo (ANTUNES, 2005).

A escrita deu os rumos do destino da humanidade, marcou sua vida desde tempos remotos, deixou registros que permitiram ler e compreender a cultura e a linguagem utilizada pelo homem desde os tempos mais remotos. Escrever é uma atividade completamente necessária ao homem civilizado. Para Teberosky (1997), escrever é uma atividade intelectual que se realiza por meio de um artefato gráfico manual, para registrar, comunicar, controlar ou influir sobre a conduta dos outros. Sociedades modernas se comunicam por meio da escrita alfabética, cujo código linguístico, constituído de regras ortográficas, é indispensável.

Além da comunicação, a escrita tem como função organizar o processo de pensamento. Luria (1986, p. 171) explica bem esta função: “a linguagem escrita é o instrumento essencial para os processos de pensamento, incluindo, por um lado, operações conscientes com categorias verbais, [...], permitindo por outro lado, retornar ao já escrito, [...]. Tudo isso faz da linguagem

escrita um poderoso instrumento para precisar e elaborar o processo de pensamento”.

A função social da escrita é comunicar, dentro de determinadas características que, seguem um modo de operacionalização, conforme as circunstâncias e contextos específicos.

Na academia, a escrita é um dos meios de comunicação mais utilizados e mais exigentes, já que neste contexto, espera-se a presença inquestionável do rigor ao ato de escrever. A chamada escrita acadêmica é também referida como a linguagem técnico-científica, fortemente marcada pela utilização de terminologias especializadas, que segundo Ortiz (2006), requer conhecimento, no mínimo, satisfatório da língua instrumental em que será produzido. Para Simões (2002), esta deve ser formal, objetiva e técnica e recomenda-se que deve ser impessoal. Há uma série de outras recomendações e exigências, em que o autor deve se posicionar como um conhecedor do tema, apresentando-o com coerência e coesão, além, obviamente, da utilização acurada da Língua Portuguesa.

A escrita dos diários de aula assume esta postura científica, uma vez que estes não são relatos de adolescentes, nem tampouco assume a função terapêutica. São instrumentos, de significativa relevância, no processo de construção da ciência.

Os diários de aula: instrumentos de pesquisa em educação

Em sentido amplo, o termo ciência significa conhecimento, referindo-se, portanto a um dado tipo de conhecimento ou prática

sistemática. No sentido de campo científico, a ciência se refere a um sistema de construir conhecimento baseado no rigor do método, atrelada às exigências internas da comunidade científica. Por assim dizer, fazer ciência é fazer investigação racional (pesquisas) remetendo-se à ideia de descobrir a “verdade”, levando em consideração os paradigmas válidos.

A crise de identidade das ciências que o mundo contemporâneo vive é marcada, sobretudo, pela mudança de paradigma: do que se pode chamar de paradigma tradicional ou das ciências “duras” ao paradigma da subjetividade das ciências sociais.

Essa mudança de paradigma não é uma questão emergente na comunidade científica – que é quem certifica ou legitima como ciência, aquilo que é produzido enquanto pesquisa – mas, é o resultado de um processo de variação de pensamento, principalmente dos filósofos e sociólogos da ciência, que vem observando e constatando que o paradigma tradicional não foi suficientemente capaz de explicar os fenômenos próprios da existência e da subjetividade humana.

No entanto, como bem afirma Severino (2007, p. 100), não basta um método e aplicação de técnicas de coleta de dados para se completar o entendimento do procedimento geral da ciência. “A ciência se faz quando o pesquisador aborda os fenômenos aplicando recursos técnicos, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”. Isto significa que, por trás de toda teoria há um aporte filosófico, que no campo científico é o fundamento epistemológico que sustenta e justifica a própria metodologia aplicada.

Sem perder de vista o rigor epistemológico e metodológico exigidos no processo de se fazer ciência, esta, hoje, não se preocupa em pautar-se por um discurso totalizante e universal. É mais prudente, adotar uma postura mais cautelosa ao afirmar suas “verdades” sempre como relativas e nunca absolutas; sempre políticas e nunca neutras. Assim é a educação em sua condição de ciência social ou ciência do homem; seu objeto de estudo é a própria sociedade em movimento, mais particular e especificamente falando, a escola e seus pares. A pluralidade de ideias, talvez justifique a marca da subjetividade do paradigma atual, da ciência da educação, na qual o objeto e o sujeito não são linearmente justapostos, eles se integram e interagem no processo de construção do conhecimento. A educação é, pois, uma realidade bastante difusa e complexa, como tudo o que é humano e social. Analisando sob esta perspectiva, o paradigma antropológico-filosófico da educação tem como finalidade contribuir para clarificar o fenômeno educativo em seu caráter teórico, qualitativamente plurifacetado: social, político e intencional.

As abordagens metodológicas neste campo são diversas, cada uma apontando suas vantagens, por um lado, e suas limitações, por outro. Comumente, a pesquisa do tipo qualitativa é a mais utilizada, principalmente, por dar tratamento descritivo aos fenômenos sociais. Para Flick (2009, p. 20), “a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida”. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões, ao contrário do paradigma fundado na

objetividade, também conhecido como paradigma das ciências “duras”, no qual separa o objeto pesquisado do sujeito pesquisador.

Seguindo as orientações de Flick (2009), os aspectos essenciais da pesquisa qualitativa são: escolha adequada de métodos e teorias convenientes; reconhecimento e análise de diferentes perspectivas; reflexões do pesquisador a respeito de sua pesquisa como parte do processo de produção de conhecimento. Estas orientações valem, sem restrições, para o pesquisador que utiliza os diários de aula como instrumento de coleta de dados, pois estes se constituem em uma “técnica de documentação” de pesquisa em educação (ZABALZA, 2004, p. 13).

Diários de aula são, pois “documentos em que professores e professoras anotam suas impressões sobre o que vai acontecendo em suas aulas” (ZABALZA, 2004, p. 13). São documentos, nos quais, as impressões de quem escreve estão postas ali, perpassadas tanto por aspectos objetivos quanto subjetivos.

Zabalza chama a atenção para algumas características que são próprias dos diários de aula: não precisa ser uma atividade diária, para não se correr o risco e cansar e desmotivar; deve ser uma atividade com objetivos adotar uma certa sistematização; são narrações feitas por professores e apresenta um certo cunho pedagógico; o conteúdo deve ser constituído de elementos relevantes para quem escreve; as informações devem ser a partir do contexto da aula, de preferência.

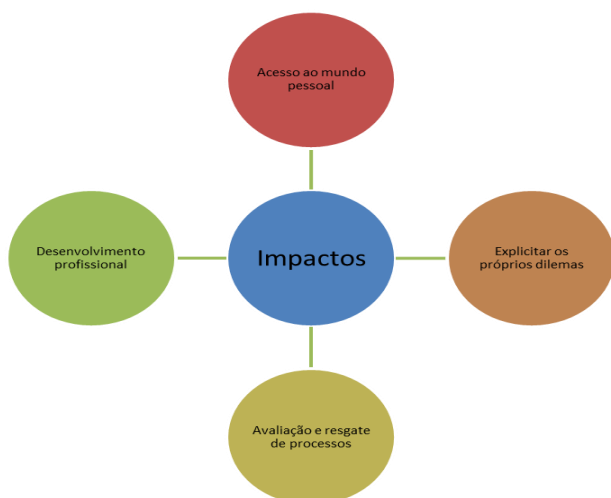
Do ponto de vista metodológico, os diários de aula são ricos instrumentos, os quais proporcionam elementos, próprios da ação

pedagógica, que servem de análise de uma dada realidade educacional. Pode-se dizer, ainda, que os diários são ferramentas de pesquisa de ordem qualitativa e, especificamente, estudo de caso. Para Zabalza (2004, p. 14), os diários “fazem parte de enfoques ou linhas de pesquisa baseados em ‘documentos pessoais’ ou ‘narrações autobiográficas’”. Essa corrente, de orientação basicamente qualitativa, foi adquirindo um grande relevo na pesquisa educativa nos últimos anos”. Não se pode negar de que são instrumentos úteis e eficazes no processo de formação de professores/pesquisador deste tipo de pesquisa, como uma forma de desenvolvimento pessoal e profissional.

Os diários, nesta perspectiva, apresentam duas variáveis: a riqueza informativa e a sistematicidade das observações recolhidas. A riqueza das informações diz respeito aos elementos presentes na escritura dos textos. A adição de adjetivos em excesso empobrece os diários. Aqui especificamente falando de diários de aula, o que vai enriquecê-los é o teor das informações referentes ao processo da aula, porque este tem finalidade pedagógica e investigativa. Ao contrário do que se pensa, os diários não tem fins terapêuticos, o qual o professor “descarrega” seus dilemas e conflitos de sua ação docente, nem tampouco uma forma de registro burocratizado, obrigatório e com um fim em si mesmo. Nesta perspectiva, escreve-se para outros lerem, analisarem, registrem suas impressões fundamentadas em teorias antropológicas-filosóficas da educação.

Os âmbitos de impacto formativo dos diários, na perspectiva de Zabalza (2004), conforme a figura abaixo, são: acesso ao mundo

pessoal, explicitar os próprios dilemas, avaliação e reajuste de processos.



Fonte: Zabalza (2004, p.16).

Os diários permitem aos professores revisar elementos de seu mundo pessoal, porque, via de regra, são ricos em detalhes subjetivos, do âmbito da vida pessoal, principalmente em termos de crenças, valores e emoções, que passam o âmbito da vida profissional.

Os diários como recurso de acesso à avaliação e ao reajuste de processos didáticos são ricos aliados na atividade pedagógica do professor. Podem ser tomados tanto como fins didáticos, como recursos usados para registrar o andamento da aula, quanto voltados para a pesquisa e avaliação dos processos didáticos, ou melhor, nas palavras de Zabalza (2004, p. 24): “em qualquer uma das modalidades de uso do diário que empreguemos podemos extrair uma espécie de radiografia de nossa docência”.

Os diários também servem como recurso para o desenvolvimento profissional permanente. A partir da análise e da avaliação dos diários de aula, o professor tem a oportunidade de rever sua prática docente, suas metodologias, seu planejamento, sua posição quanto à avaliação da

aprendizagem, sua postura filosófica em relação à educação e, desta forma, procurar aprimorar suas competências profissionais.

A questão da metodologia e suas implicações quanto ao critério de credibilidade, em relação ao uso dos diários de aula como instrumentos de investigação científica, é um dos principais dilemas do pesquisador no campo da educação.

Zabalza (2004) explica que em termos de metodologia e critérios de validade, os diários de aula são aceitáveis. Os critérios de validade, fidedignidade e credibilidade, ainda são questionados na pesquisa qualitativa de maneira geral. Assim também, para Flick (2009), a questão da fundamentação da pesquisa qualitativa ainda não foi solucionada de forma definitiva. Verifica-se, então, a necessidade de se criar novas possibilidades de avaliar e de especificar a qualidade na pesquisa qualitativa. Um ponto de partida está no caráter de processo de pesquisa, assim como nas especificações de procedimentos da confiabilidade e da avaliação da construção do aporte teórico que fundamenta a investigação.

Convém lembrar que uma técnica utilizada em pesquisa qualitativa, seja ela qual for, quase sempre deve ser complementada por outra para atender ao critério de credibilidade, de fidedignidade e de validade da pesquisa científica.

Sendo os diários de aula uma técnica de pesquisa em educação, quando e em quais circunstâncias utilizá-los? As sugestões advêm de Zabalza (2004):

- Quando se quer ter um certo distanciamento das coisas que se está fazendo ou da situação que se está vivendo;

- Quando se participa em trabalhos que implicam um forte envolvimento pessoal;

- Quando se quer desvendar um pouco o próprio estilo de trabalho;

- Quando há o sentimento de muita pressão e/ou acúmulo de muita tensão interna;

- Quando se está participando de alguma pesquisa, de alguma avaliação ou de algum processo em que seja importante documentar os passos e a evolução das diversas dimensões do trabalho em curso.

O diário é uma forma de registro e nele contém elementos próprios da vida pessoal e da vida profissional do professor. Pode-se dizer, então, que sua importância está no registro de fatos e impressões do fazer diuturno da atividade docente. Permite rever a postura do professor, sua visão de mundo, de homem, de sociedade e de escola, uma vez que este passa a analisar, avaliar e redirecionar, se for o caso, sua prática docente.

Embora seja um documento de natureza flexível, o diário demanda uma certa sistematização e organização, para fins de se atingir o que se espera dele. Zabalza (2004) aponta algumas condições próprias de como fazer o diário, a saber:

- A solicitação: instrução que se dá quando a quem vai realizar o diário;

- A periodicidade: obedecendo os seguintes critérios – regularidade, representatividade e continuidade;

- A quantidade: significa manter o equilíbrio – nem tão sucinto que não demonstre a realidade como um todo e, nem tão extenso, para não correr o risco de perder o foco;

- O conteúdo: geralmente está relacionado ao fazer docente, porém este fica subordinado à orientação de quem o solicitou;

- A duração: deve ser proposto a médio ou longo prazo; depende dos objetivos da pesquisa, de forma seja possível analisar a realidade que está servindo como objeto de estudo.

Os diários, sendo instrumentos manejáveis, permitem que sejam deles extraídos os seguintes tipos de informações, explica Zabalza (2004):

- Construir a impressão geral sobre o que o diário conta;

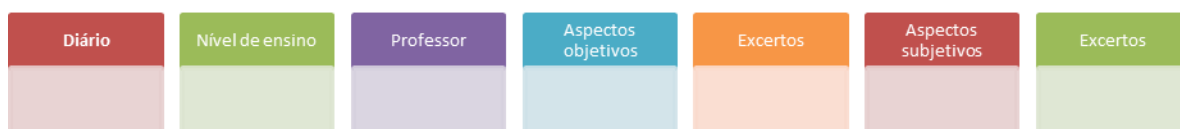
- Analisar os padrões ou as repetições;

- Identificar os pontos temáticos que vão aparecendo e fazer uma leitura transversal deles;

- Analisar qualitativamente os elementos explícitos e implícitos da informação do diário;

- Identificar os dilemas profissionais ou pessoais que aparecem no diário.

O modelo de categorização de análise pode ser demonstrado no quadro abaixo.



Fonte: pesquisa de campo

A análise de cada um desses elementos permite ao pesquisador elaborar uma espécie de mapa conceitual da situação estruturada. De posse dessas informações, o pesquisador tem a possibilidade de elencar categorias que servirão de base para a construção e/ou reconstrução de uma teórico-filosófica da pesquisa em educação.

Considerações finais

Assim como ninguém escapa da educação, também não escapa da comunicação. Tanto em uma como na outra estão implícitos os processo de informação e formação do sujeito, com a maciça presença da oralidade, da leitura e da escrita.

A expressão humana, no mundo atual, é de fundamental relevância no ambiente de trabalho, no ambiente familiar, no ambiente escolar e, de modo geral, em suas relações intersubjetivas. Portanto, é preciso expressar-se bem, para garantir visibilidade e reconhecimento social, seja na comunicação oral ou escrita. É um processo que exige o conhecimento da língua para se conseguir transmitir, com precisão e segurança, o que se deseja e, que o outro possa compreender, de fato, o que está sendo comunicado.

Falar, ler e escrever são três processos próprios do ser humano, mais intensificados no mundo atual, devido às altas tecnologias da informação e da comunicação, porém não são justapostos, desvinculados um do outros. Para se expressar bem, o ser humano precisa ter a oralidade desenvolvida, um bom nível de leitura e domínio de técnicas de escrita.

O mundo globalizado, de uma população crescente, de cultura planetária, exige cada vez mais do sujeito, uma postura de cidadão do mundo. Já não se fala só de um contexto local, pois os meios de comunicação agora permitem uma aproximação das pessoas maior que no passado, dos fenômenos que estão acontecendo no mundo e de novos conhecimentos em todos os campos do saber.

A escrita, neste sentido, assume um papel de indiscutível, como um instrumento de comunicação, dos mais sofisticados, uma vez que sua elaboração exige conhecimento tanto da língua quanto da temática a ser escrita. Com um rigor ainda maior, assume a escrita acadêmica, a qual estabelece um padrão técnico, estilo objetivo e aplicação da norma culta da língua.

Os diários de aula devem assumir o caráter de seriedade, sistematicidade e periodicidade, na pesquisa em educação, para que seus resultados não se distanciem do rigor metodológico da pesquisa científica. São, portanto, documentos permeados de aspectos tanto subjetivos quanto aspectos objetivos. Os aspectos subjetivos dizem respeito ao potencial emocional e sentimental próprios do sujeito que escreve; e os aspectos objetivos estão relacionados aos fatos e aos acontecimentos que estão sendo informados por meio da escrita dos diários.

Geralmente, quando se quer eleger um bom ou um mau professor, a maioria dos aspectos a este relacionados, são quase que exclusivamente adjetivos de ordem pessoal. No campo científico da educação, o que caracteriza um professor ser bom ou ruim não são, necessariamente os adjetivos pessoais, mas sua postura filosófica-antropológica adotada em sala.

Quando se trata dos diários de aula, este fator pessoal deve ser tratado com muito cuidado, pois em termos profissionais, o professor assume muitas posturas que devem ser analisadas. Neste ponto, pode-se dizer que uma das finalidades dos diários de aula é conhecer o perfil profissional do professor.

Diários não são instrumentos para especular a vida do professor, ou para tecer críticas sobre sua prática pedagógica ou ainda para dizer o que é certo ou errado sobre a forma como se relaciona com seus alunos.

De modo geral, os diários de aula não se restringem em documentos para se apontar os erros e as falhas do professor, que é um sujeito de pesquisa, neste caso, alguém que está colaborando com uma investigação científica. Por isso, estes documentos devem ficar isentos de críticas, sejam elas de qualquer ordem. Os

diários são sim, um retrato do fenômeno da educação em um dado momento da história e uma determinada unidade escolar; é um instrumento de coleta de dados em estudos de caso.

O olhar do pesquisador sobre os diários deve ser descritivo, analítico e reflexivo sobre o teor de seu conteúdo, levando-se em consideração o contexto histórico, social, cultural e político em que foram produzidos.

Pode-se dizer ainda, que os diários são instrumentos de excelente valia na pesquisa educacional, desde que sejam utilizados com a seriedade que a pesquisa exige, com o rigor que a ciência precisa e com a ética que o processo investigativo nunca deve abrir mão.

Referências

ANTUNES, Irandé. **Aula de português: encontro & interação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

COOK-GUMPERZ, J.; GUMPERZ, J. From oral to written culture: the transition to literacy. In: WHITEMAN, M. F. (ed.). **Varition in writing: functional and linguistic-cultural differences**. Hillsdale: Erlbaum, 1981.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1989.

INDURSKY, Freda e ZINN, Maria Alice Kaner. **Leitura como suporte para a produção textual**. *Revistas Leitura Teoria e Prática*, Nº 5, 1985. Disponível em: <www.produto.mercadolivre.com.br>. Acesso em 09 de setembro de 2011.

LURIA, Alexandr Romanovich. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura**. São Paulo: Cortez, 1999.

ORTIZ, M^a L. Alvarez. A tradução técnico-científica no contexto latino-americano. In: 58^a **Reunião Anual da SBPC**, 2006, Florianópolis, SC. *Anais eletrônicos*. Florianópolis/SC: 2006. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br>. Acesso em 11 de setembro de 2011.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SIMÕES, D. M. P. (Org.). A produção de textos acadêmicos. In: SIMÕES; HENRIQUES, C. **A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Ed. Da UERJ, 2002.

SOARES, Magda. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: ZILBERMAN, R.; SILVA, E. T. (Org.).

Leitura: perspectivas disciplinares. São Paulo: Ed. Ática, 2000.

_____. **Letramento:** um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TEBEROSKI, Ana. **Aprendendo a escrever:** perspectivas psicológicas e implicações educacionais. São Paulo: Ática, 1997.

ZABALZA, Miguel. **Os diários de aula:** um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Artigo submetido em abril de 2012

Aceito em dezembro de 2012